

LÍNGUA DE SINAIS E LÍNGUA MATERNA

Sign Language and Mother Tongue

Lucimar BIZIO (Linguagem e Patologias de Linguagem, PUC-SP – LAEL, São Paulo, Brasil)

Resumo

Este artigo tece considerações sobre a aquisição da língua materna, pelo surdo, e sobre como esta questão foi e tem sido tratada teoricamente até aqui. Para encaminhar a reflexão sobre o tema em questão foi necessário desnaturalizar termos que circulam livremente no campo dos estudos sobre a surdez. Entre eles, destaca-se o de língua materna, L1 e L2, uma vez que, na abordagem bilinguista, entende-se a Língua de Sinais como L1, enquanto a escrita do português é considerada como segunda língua – L2. Alguns autores foram selecionados para falar sobre o assunto. Foram abordadas as possibilidades de contribuição do diálogo com a Linguística e também com a Psicanálise, com vistas a considerar a singularidade do surdo. Neste trabalho está em questão a relação singular da pessoa surda com a linguagem, que movimentou as discussões sobre a língua materna do surdo, o que é L1 e L2.

Palavras-chave: *Escrita do surdo, Língua materna, Primeira língua, Segunda língua.*

Abstract

It is worth keeping in mind that the so called bilingual approach defines the Sign Language as L1 and the writing in Portuguese as L2. The present study approaches the deaf person writing ability from a theoretical perspective which tries to explain their productions and difficulties as effects of the functioning of language and not as cognitive deficits. The discussion developed here was guided by propositions from the Brazilian Interactionism, proposed and advanced by Cláudia Lemos and other authors as well as the theoretical developments put forward by the research group Language Pathology and Clinic, headed by Maria Francisca Lier-DeVitto and Lúcia Arantes.

Key-words: *Deaf's writing, Mother tongue, First language, Second language.*

1. Introdução

Neste artigo, destaco os principais aspectos que dizem respeito às relações entre oralidade, língua materna, língua de sinais e escrita. Início com uma discussão sobre a aquisição de linguagem, que adquire uma configuração particular quando a surdez está em questão, uma vez que as hipóteses sobre aquisição de linguagem da criança surda estão sempre atreladas à natureza pedagógica, isto é, elas envolvem processos que se aproximam da esfera do ensino/aprendizagem. Nesta questão, a perda auditiva parece o imaginário da aprendizagem nos estudos sobre a aquisição de linguagem de crianças surdas.

É, sem dúvida, necessário reconhecer que, no caso da criança surda, há privação sensorial que “vai atrapalhar, se não impedir, que o desenvolvimento de linguagem possa acontecer por meio da [mera] exposição à língua falada por seus pais” (HARRISON, 2000, p.118). Nesta citação, pode-se retirar a ideia de que caso não houvesse uma perda auditiva, a linguagem seria diretamente *acessível ou possível de ser ensinada (tomada acessível)* à medida que se assume que ela – a linguagem – é **naturalmente transmissível** na ausência de um déficit sensorial, como assinala Andrade (2003) ao criticar a posição de que “A linguagem é naturalmente apreendida por um sujeito dotado de capacidades perceptuais e cognitivas” (ANDRADE, *op. cit.*, p. 119). A autora diz, nesse enquadre, que a privação auditiva parece ser a única barreira para que a criança surda adquira linguagem em um processo de ensino-aprendizagem.

Se é fato que, na abordagem oralista, a ideia de treinamento auditivo enfatiza a necessidade de minimizar a “deficiência auditiva”, no bilinguismo, o pensamento subjacente não é diferente:

existe uma língua predominantemente **visual**, à qual a criança tem **pleno acesso**, na qual a privação sensorial não tem influência, e por meio da qual ela pode interagir com outras crianças, adultos surdos, com seus pais e com o mundo (HARRISON, *idem*, p. 119) [ênfases minhas].

Na perspectiva do bilinguismo, parte-se do pressuposto de que a língua de sinais é plenamente acessível ao surdo. Defende-se, também, a posição de que a perda de

audição é uma marca de diferença que deve ser aceita e respeitada pela comunidade ouvinte, do mesmo modo que é necessário reconhecer a cultura e a identidade do surdo. Assim, o bilinguismo, que pretende introduzir uma perspectiva diametralmente oposta ao oralismo, apresenta convergência com este último em um ponto central – a certeza de acesso à linguagem (de sinais) “via percepção”.

A abordagem oralista está fundamentada de que o treino auditivo possibilitará o acesso do surdo à fala. No bilinguismo, o fundamento é uma língua cuja materialidade é espaço-visual, ou seja, uma língua de sinais, que garante o acesso perceptual/visual à língua. Ou seja, em ambas as perspectivas, a integridade dos aspectos perceptuais seria garantia para o “desenvolvimento da linguagem” – no bilinguismo, o acesso à língua de sinais é garantido pela natureza visual da língua de sinais. Há, nesse sentido, *naturalização* do processo de aquisição de linguagem.

Conceitos de língua materna, língua de sinais como primeira língua, a própria definição do que é língua na aquisição de linguagem para o surdo devem ainda ser revisitados.

Neste artigo, meu objetivo é colocar em discussão algumas ideias que fazem presença, de modo irrefletido, em grande parte dos trabalhos sobre surdez e aquisição de linguagem pelo surdo, quais sejam: a natureza da aquisição de língua de sinais; a sua conceituação como primeira língua - língua materna; a relação do surdo com a língua escrita – assumida como segunda língua. Tais aspectos são trabalhados, de modos bastante particulares, caso se estabeleça diálogo com o Interacionismo, com a Psicologia Histórico-Social-Cultural ou com a Linguística.

Vejamos cinco tipos de abordagem das questões acima indicadas:

→ A aquisição de língua de sinais pelo surdo, presente em trabalhos ligados tanto ao oralismo quanto ao bilinguismo, afirma que a particularidade do processo de aquisição de linguagem, pelo surdo, está relacionada com a questão da acessibilidade. Nas duas propostas, ao que parece, garantir o acesso ao “input”, seja ele oral ou visual/gestual, é condição necessária e suficiente para que a linguagem se desenvolva naturalmente.

→ No bilinguismo, particularmente, propostas baseiam-se em concepções diametralmente opostas – no inatismo de Chomsky e na psicologia histórico-cultural de

Vygotsky. Estabelece-se, como se pode ver, uma relação pouco produtiva, para não dizer equivocada, com a Linguística - assiste-se a uma empirização da proposta racionalista de Chomsky e não se chega a especificar como a interação com o outro responde pelas mudanças no processo de aquisição dos sinais.

→ Quando se trata do estatuto da língua de sinais, nota-se que ela é concebida como mero instrumento que possibilita ao surdo comunicar-se, isto é, a língua é tomada como um código. Não se trata de um “sujeito na/da língua”, como mostrou Behares (1997), mas de um indivíduo que *usa* a língua e cujo uso lhe confere uma identidade social, uma etnia. Tal perspectiva responde a um viés ideológico, que marca fortemente os trabalhos sobre a surdez. Também é possível observar que em estudos desenvolvidos sobre a relação língua e surdez (BEHARES, 1997), os conceitos de primeira língua, língua natural e língua materna se apresentavam sobrepostos, criando equívocos. Em função disso, faz-se necessário explicitá-los.

Entendo que a questão da língua materna (ou L1) e L2 merecem um tratamento verticalizado, como podemos encontrar no trabalho de Pereira de Castro (1998) e mesmo em Behares (1997). Parece-me necessário formular questões que proporcionem novas possibilidades de entendimento da escrita e dos mistérios nela envolvidos. Abre-se, com isso, novos horizontes para a apreensão das restrições da escrita e dos embaraços que os alunos surdos enfrentam frente ao português. A escrita de surdos e as dificuldades nela apresentadas devem poder ser abarcadas como efeitos possíveis do funcionamento da língua, quer dizer, como produções que não escapam às leis de referência interna da linguagem que regem todas as produções languageiras (de surdos ou não-surdos). Certamente, não há como pensar a escrita do surdo, a aquisição de língua de sinais, sem considerar tais questões.

2. Língua de Sinais e língua materna

Há autores, como Skliar (1998), que refletem sobre a língua de sinais, sobre como os surdos adquirem uma língua cuja modalidade de recepção e de produção é viso-gestual. Apesar de sua longa existência, as tentativas de teorização sobre o assunto são recentes e rodeadas de complexidades. Segundo Goldfeld (2001), há vários

determinados equívocos em muitos trabalhos sobre a surdez. Esta autora diz que a maior parte da bibliografia relacionada à aquisição da linguagem pelos surdos não aprofunda questões teóricas - fica-se apenas em análises sobre questões práticas (metodológicas), discute-se qual seria a melhor maneira de atender à criança surda, como instrumentalizá-la para comunicar-se. Para Goldfeld, enfrentar questões complexas e fundamentais para o entendimento de como esses sujeitos acedem ao universo simbólico são negligenciadas:

Para fazer uma análise crítica dessas abordagens, deve-se fazê-la a partir de pressupostos teóricos bem definidos. Não é possível analisar as consequências que cada filosofia provoca no desenvolvimento das crianças surdas sem conhecer, a princípio, uma teoria que trate da linguagem e de sua importância no desenvolvimento global da criança (GOLDFELD, 2001, p.46).

A aquisição de linguagem pelo surdo quase sempre é assunto levantado para justificar práticas pedagógicas ou clínicas – ela não é vista como um enigma. Parece ser por esse motivo que uma reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento é dispensada e, com ela, o desejo de teorização. Acompanhando a autora acima citada, parece ser necessário deslocar os estudos sobre aquisição da linguagem pelo surdo do palco de discussões ideológicas, e tomá-la como uma questão que merece reflexão teórica particular.

O trabalho de Stokoe (1978), entre outros linguistas, criou as bases para um estudo científico desse sistema linguístico tão especial. Com eles, as línguas de sinais receberam o mesmo estatuto linguístico das línguas naturais, apesar de diferenças em relação às línguas orais: o “uso do espaço como valor sintático e a simultaneidade dos aspectos gramaticais são algumas das restrições levantadas pela modalidade visoespacial que determinam sua diferença estrutural em relação às línguas auditivo-orais” (SKLIAR, 1998. p.24). O “valor sintático”, assinalado pelo autor, apoia-se na ideia de que a linguagem deve ser definida independentemente do canal pelo qual se expressa, quer dizer, qualquer língua possui estrutura subjacente, independentemente da modalidade de expressão. Nessa vertente, a língua de sinais e a língua oral não se opõem – possuem, apenas, canais diferentes.

Segundo Behares (1997), o caráter linguístico da Língua de Sinais é indiscutível no campo da Linguística e as discussões a esse respeito têm, hoje em dia, como foco, a determinação de que tipo de língua é essa, bem como na afirmação de sua naturalidade. No ambiente teórico em que Stokoe produziu o trabalho, que revolucionou os estudos sobre a língua de sinais (a Linguística norte-americana) o adjetivo “natural” assinala que: “essa língua é falada por uma comunidade e que há, pelo menos, um falante dessa língua que a tem como primeira língua” (BEHARES, 1997, p. 121). Sendo assim, pode-se dizer que toda e qualquer criança surda “pode adquirir a língua de sinais desde que participe das interações quotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural” (SKLIAR, 1998, p.26). “Natural”, para Skliar, não se refere a uma “espontaneidade biológica”, mas a uma língua criada e que é utilizada por uma comunidade específica de usuários. Uma língua que se transmite de geração em geração e que, como toda língua, pode mudar tanto estrutural como funcionalmente. Para ele, colocar a língua de sinais ao alcance de toda criança surda deveria ser o princípio fundamental de uma política linguística para sustentar um projeto pedagógico mais amplo.

A língua de sinais, vista pela ótica do bilinguismo, numa perspectiva que Behares denomina “(visão) clássica sobre a sócio-antropologia da surdez” (BEHARES, 1995, p. 133), é considerada parte fundamental da identidade surda, em função de seu efeito unificador e determinante na comunidade de surdos. Behares, que interroga se os surdos podem mesmo ser considerados um grupo étnico, também o faz em relação à língua de sinais: “seria ela, de fato, um fator de etnização nas comunidades surdas?”, pergunta ele. Para Behares (1995), os trabalhos realizados a partir do Interacionismo (De LEMOS e outros) que se caracteriza, de acordo com ele, pela descrição empírica da interação mãe-criança, foram impulsionados por uma aproximação à Pragmática Linguística e à Psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Tais estudos, segundo o autor, não tinham como escapar de questões sobre a comunicação e os processos constitutivos de um sistema convencional de interação entre mãe e filho¹.

¹ Não é de interesse para a discussão que ora encaminho, criticar a leitura simplificadora e equivocada, realizada por Behares, do Interacionismo em Aquisição da Linguagem (De Lemos, desde os anos de 1982). Importa, aqui, destacar, nesse ponto, o assinalamento de Pereira de Castro, uma interacionista da vertente iniciada no Projeto da UNICAMP.

Pereira de Castro (1998), uma representante da vertente mencionada por Behares, atribui a gênese da linguagem à interação mãe-criança, ou melhor, ao diálogo em que, como diz a autora, modos de interpretação maternos conferem significado aos gestos da criança. Para Behares (1995), crianças surdas filhas de pais surdos têm sua identidade definida de modo positivo, já que a língua de sinais é constitutiva de sua relação com o casal parental. Quanto a pais ouvintes com filhos surdos, parte-se de uma fórmula negativa. Como diz Behares, a fórmula é a seguinte: “você é (deveria ser) um ouvinte, mas não fala.” Essa “alteração de identidade”, assinala o autor, em “visões clássicas”, está assentada na Psicologia e é decorrente da ideia de representação de si como “tomada de consciência”, assim como no fato de o filho surdo ser (ou passar a ser) usuário da língua de sinais, que é diferente de ser usuário da língua oral dos pais. Segundo esse modelo, as crianças surdas, inseridas em uma comunidade surda, “tomariam consciência” do outro na interação social em que se realizaria, ainda, a identificação com o modelo pela via da semelhança: “eu sou como esse outro”. Para Behares, essa “identificação modélica”, definida na interpretação clássica da surdez como fenômeno social, é bastante simplista, pois atribui ao indivíduo a possibilidade de escolha de uma identidade. Dito de outro modo, o surdo acaba limitado a uma identidade pelo grupo dentro do qual se socializa, como uma espécie de “cobrança”, uma expectativa para que fique definido se a criança surda pertencerá à comunidade surda ou ouvinte. O autor comenta que há, sempre, a possibilidade de surdos, filhos de pais ouvintes, mudarem sua identidade e abandonarem o grupo em que foram inicialmente constituídos. Não é plausível, portanto, adotar um ponto de vista em que haja apagamento da pluralidade das identidades surdas e da singularidade do sujeito.

Cabe interrogar, também, a relação língua/identidade, nesta visada: seria a língua o ponto principal para a interação social do surdo? Seja a incorporação da língua oral ou de sinais para a comunicação? Aqui, a questão de qual língua será adotada pela criança surda ganha *status* tão privilegiado uma vez que parece definir todo o percurso de vida deste sujeito, destinado a uma só escolha. Apagam-se, nesse espaço, as relações complexas e enigmáticas que o surdo inevitavelmente terá com a língua de sinais e a língua oral.

Behares (1995) formula três questões fundamentais porque permitem interrogar o modo segundo o qual a língua materna normalmente é definida nos estudos sobre a surdez. Seguem as questões a serem enfrentadas:

- a língua de sinais é lugar privilegiado de definição de identidade,
- a oposição necessária estabelecida entre o indivíduo que usa a língua e o sujeito da língua e
- o estatuto do imaginário, na medida em que, na visão clássica, este é o âmbito priorizado das identidades.

Segundo Behares:

... dizer que a criança surda *aprende* a língua de sinais equivale a dizer que ela se transforma em *mestre* das relações significado/significante que constituem essa língua. No entanto, esse percurso da criança em sua relação com a linguagem mostra a inconsistência deste dizer e desta equivalência (BEHARES, 1995, p.143).

O autor assinala que a criança surda, no processo de aquisição de língua de sinais, enfrentará tropeços, oscilações, ambiguidade de significações e tantas outras dificuldades estruturais, do mesmo modo que a criança ouvinte no caminho de aquisição da fala. Acompanho, neste particular, essas observações de Behares para quem a criança surda, como qualquer outra criança, encontra-se frente a um conjunto de restrições linguísticas que são próprias de uma língua e anteriores ao uso que a criança possa fazer dela. O Interacionismo Brasileiro, proposto por De Lemos (1992) entende que a criança *é falada* desde a língua, e nesse *ser falada*, acaba sendo capturada por uma língua. Nesse sentido, a fala da mãe não é somente *uma fala*, ela é de fato, lugar em que se movimenta “a língua” (*la langue*) numa língua particular². Por isso, quando se fala em “língua materna”, pode-se introduzir ao lado dela a noção de “captura”, cunhada por Lacan e cara ao Interacionismo em Aquisição da Linguagem. Por meio dela recua a ideia de um sujeito cuja identidade se define pelo uso instrumental da língua (para comunicação) - o sujeito passa a ser concebido

² Como diz C. De Lemos (1992:128), o outro não interessa enquanto “indivíduo” senão como “discurso ou instância de funcionamento da língua constituída”.

como sujeito-efeito-de-língua, como *efeito-sujeito*. A língua materna é lugar de sua constituição.

Sobre a língua materna, Pereira de Castro (2006) lembra que:

Note-se ainda que a língua materna é definida por Lacan como uma “ocupação”, termo que é em parte fruto da leitura que o autor faz, com Freud, da obra de Saussure (1968), que exclui a possibilidade de se tomar a língua como função do sujeito falante, invertendo a relação sujeito do conhecimento-objeto ao propor que o falante “registra passivamente” a língua (Saussure, 1916/1969, p. 30), abrindo caminho para o reconhecimento do primeiro como efeito desta. (PEREIRA DE CASTRO, 2006, p.142-143).

As questões levantadas por Behares sobre aquisição de linguagem, sobre a relação do sujeito (ouvinte ou surdo) com a língua, permitiram a Midena (2004) retornar ao que Freud (1986, p.42) enunciou sobre um aparelho de linguagem “que coloca o sujeito no circuito do outro pela relação com outro aparelho de linguagem” e o que diz Lacan (1966, p.86) sobre “o sujeito como efeito do funcionamento de cadeias significantes”. Essa retomada possibilita “repensar a relação da oralidade e da língua de sinais com a questão da língua materna dos surdos.” (MIDENA, op.cit. p. 64).

Dalcin (2006), pesquisadora ligada à Psicologia Social, também reflete sobre a relação do sujeito surdo com a língua de sinais. A autora procurou observar como a oralidade poderia afetar a criança surda, procurando romper com o modelo predominante na área da surdez, que toma o “desvio” e a “incapacidade” físicos como verdades absolutas e que encontra, na reabilitação, a possibilidade de atuar sobre o órgão falho, no caso, a orelha. Trata-se, segundo ela, de uma vertente que reduz o sujeito surdo a um pedaço de carne, que precisa ser restaurado. Sua pesquisa focalizou o modo como o surdo, filho de pais ouvintes, internaliza a cultura familiar e de que maneira essa internalização participa da formação de sua subjetividade.

A autora considerou, em sua análise, além das questões relacionadas à língua do sujeito surdo, também aspectos da cultura surda: o sentimento de “estrangeiro” que os surdos afirmaram sentir em relação à sua família de origem e, de maneira inversa, o sentimento de “familiaridade” quando encontram a comunidade surda. O desconhecimento da língua de sinais pela família e as dificuldades de interação, afirma a

pesquisadora, provocam angústia no surdo - um “estranhamento” (ela, aqui, se refere a Freud, no ensaio “O estranho”, de 1919), uma estranheza intrínseca ao sujeito que, ao ver-se diante da diferença incontornável do outro, sente angústia. Trata-se de angústia que se expressa na ambivalência do estranho: por um lado, a exclusão da família, por outro, demanda um acolhimento. Ao que parece, para Dalcin (2006), que acompanha Freud, o surdo vivenciaria o “estranhamente familiar”. Por vezes, algumas famílias, ou alguns membros da família, buscam aprender a língua de sinais para comunicação com o surdo. Contudo, na maioria das vezes, é o inverso que acontece: exige-se que o surdo se expresse oralmente, ou seja, que faça leitura labial e oralize.

Podemos ver que autores que se ocupam da surdez explicam o processo de aquisição de linguagem pelo surdo pela ótica de um entendimento da língua materna como um objeto transparente e inequívoco. Para aqueles que consideram a língua de sinais como a língua materna da comunidade surda, bastaria que o surdo fosse exposto a ela para que a aquisição da L1 ocorresse. Já para aqueles que apostam na vertente oralista, seria necessário “compensar o déficit perceptual” e garantir a exposição à fala: nos dois casos, a língua se desenvolveria naturalmente. Desconsidera-se, assim, que há outras articulações em jogo, que ultrapassam o entendimento da língua materna como a primeira de uma série possível de línguas, como também, de modo geral, não se considera que aquisição e aprendizado, até mesmo da língua materna dos surdos (língua de sinais) e oralismo não são da mesma ordem.

Pereira de Castro (2006), ao refletir sobre língua materna, assim como sobre o bilinguismo, diz:

em certas situações pode-se supor que a língua materna seja constituída por materialidades linguísticas diversas, provenientes de mais de uma língua. Não se trata de uma hipótese sobre o bilinguismo, sobre a relação entre duas totalidades de língua bem definidas, mas sobretudo de uma experiência – entendida como um vivido – atravessada por línguas, etnias ou culturas diversas³. O que o sujeito sabe delas nem sempre coincide com o reconhecimento deste saber e muito menos com um uso que caracterizaria o chamado bilinguismo. Por isso a assunção, aparentemente paradoxal, de que a

³ Esta hipótese foi inicialmente formulada em 1998b, em um seminário realizado na Universidade de Paris III, a convite da profa. Jacqueline Authier.

língua materna é inesquecível, mesmo quando não a reconhecemos na superfície da fala (PEREIRA DE CASTRO, 2006, p.144).

Para finalizar, destaco e acompanho a questão colocada por Midena, a partir de Pereira de Castro:

Embora o desdobramento dessa hipótese sobre língua materna como conceito metodológico com as relações da oralidade e língua dos sinais pelo surdo ultrapasse os limites desse trabalho, caberia lançar aqui a pergunta: até que ponto se podem excluir os efeitos da oralidade na discussão sobre a aquisição de linguagem pelos surdos severos (MIDENA, 2004, p. 66).

Voltando à questão da aquisição de linguagem pelo surdo, filho de pais ouvintes, devemos lembrar que, na maioria dos casos, o contato com a língua de sinais é tardio. Antes que isso aconteça, a criança não deixa de estar imersa em um mundo sonoro, visual, tátil que, de algum modo, participam de sua inscrição no universo simbólico. Devemos pensar como essas “inscrições” ocorrem na singularidade da relação sujeito-linguagem-outro/Outro. Singularidade, como assinala Cerqueira (2005), que ao pensar a surdez diz:

O limite no organismo não impede que este funcione simbolicamente, “mas convoca outros meios para que isso se dê” (NUNES, id. p.65). Como coloca NUNES, no caso de uma mãe ouvinte e uma criança “surda”, “a transmissão” dá-se, principalmente, pelos movimentos corporais. Não se trata de qualquer movimento, mas daquele cujo sentido toca o corpo respondendo a uma demanda, e isso implica o Outro (CERQUEIRA, 2005, p.68)

Cerqueira acompanha Vorcaro (2004) para quem, desde que o organismo nasce, ele é afetado pela interpretação materna de suas manifestações: o choro, o balbucio, o olhar, o gesto. Todas elas são significadas em uma “rede de sentidos” sustentada por aquele que faz a função materna. Trata-se sempre de um corpo falado, interpretado pelo Outro e que, por isso, de um modo singular, pode se constituir em um corpo simbolicamente organizado.

Como assinala Rafaeli (2004), o diagnóstico precoce de surdez pode romper o trânsito linguístico imaginariamente garantido pela “mãe” – pode interromper, eu diria, a insistência da incidência interpretativa sobre as ações da criança. A autora afirma que:

a criança que nasce com a marca da surdez vai produzir uma novidade quanto às exigências que vão surgir na forma de estabelecer uma relação de comunicação diferencial, causando desde o princípio um constrangimento naqueles que estão na posição de sustentar sua constituição. Diante disso, busca-se um novo código de comunicação, em função da ruptura que passa a existir na relação com esse filho e com as expectativas constituintes, que foram antecipadas para ele (RAFAELI, 2004, p 286).

Pode-se pensar que, diante dessa “novidade”, a mãe faça um movimento no sentido de se enlaçar a seu filho, ou seja, “uma forma de supor imaginariamente essa criança em uma nova rede de sentidos que a mãe possa sustentar, garantindo, assim, um lugar para esse sujeito” (NUNES, 2004, p.89).

Cerqueira afirmou, com Saussure, que a língua de sinais, é uma língua, um “sistema de signos”, “um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 1989 p. 130) que incide sobre o corpo, incidência esta que decide pelo próprio funcionamento do corpo. Também, disse ela, a língua coloca os pais em uma condição que se aproxima, mas que não é semelhante – na visão da autora - àquela apontada a respeito da mãe imigrante, que está numa condição em que seu filho “fala” uma língua que lhe é estrangeira, que lhe causa estranhamento. Diferentemente, “a inserção do gesto e mesmo da língua de sinais, apesar do estranhamento inicial da mãe, não impede que ambas continuem circulando na língua estabelecida após o diagnóstico da surdez” (NUNES, 2004, p.99).

É preciso ir além das descrições para contemplar os fenômenos linguísticos. Acompanho Lier-DeVitto (2006), quando a autora afirma que:

por meio de uma análise linguística “*strictu sensu*” não é possível apreender uma fala peculiar, uma marca de singularidade[...] os instrumentais descritivos da Linguística não podem captar o que a orelha/[olho] do falante de uma língua escuta/[vê], estranha e distingue. É preciso uma noção de língua-fala-falante que permita produzir um dizer para um sujeito, que abra a possibilidade de articular o geral das leis de funcionamento da língua, ao particular da produção de um sujeito (LIER-DE VITTO, p. 248).

Note-se que as colocações acima introduzem questões de grande envergadura, que ultrapassam, em grande medida, a discussão inicial deste artigo. A polêmica entre oralismo e língua de sinais, tendo em vista que envolve línguas de ordens diferentes, abriga problemas teóricos importantes, entre os quais a complexa relação entre estruturação da linguagem e estruturação subjetiva, especialmente quando se leva em consideração o fato de que a criança surda está, de modo enigmático, sob efeito da fala de sua mãe, que o inscreve em uma ordem simbólica, ainda que a criança não possa ouvi-la.

3. Considerações Finais

Para encerrar este artigo, enfatizo, uma vez mais, as palavras de Pereira de Castro, para quem é possível afirmar “que a língua materna deva ser compreendida como uma experiência única, impossível de ser esquecida mesmo quando a julgamos perdida; mesmo se não a reconhecemos mais na superfície da fala, ‘mesmo se falamos uma língua estrangeira’” (PEREIRA DE CASTRO, 1998, p. 256). Essas palavras deveriam ecoar nos estudos sobre a relação do surdo com a linguagem, independente da modalidade em questão.

Busquei, de forma breve, apresentar uma leitura crítica de alguns trabalhos que apresentam uma discussão pedagógica sobre L1, L2 e aquisição de linguagem para o surdo, especialmente no que diz respeito à naturalidade da definição de língua materna quando a questão é a surdez. Conceitos implicados na relação ouvinte-língua materna e questões referentes à aquisição de linguagem ou da escrita não podem ser diretamente transpostos para a abordagem da surdez. A língua de sinais possui suas especificidades, assim como a escrita do surdo também apresenta suas complexidades, impossibilitando que sejam tratadas dentro de uma mesma relação teórica de língua. A argumentação teórica do bilinguismo pouco difere para ouvintes e surdos. A naturalidade com que se tem tratado o assunto não tem jogado luz sobre o enigma da aquisição de linguagem pelo surdo, nem sobre questões centrais da língua de sinais – designada como “materna”, e nem mesmo sobre a escrita de surdos como segunda língua.

Frente a esse estado de coisas, menos do que tentar responder a questões de tal envergadura, optei por interrogar tudo aquilo que é voz corrente nos trabalhos sobre a educação de surdos. Reconheço que passei rapidamente por questões que demandavam tratamento verticalizado, mas pareceu-me relevante colocá-las em xeque, questionando noções que transitam sem qualquer interrogação. Acredito que problemas não devam ser simplificados e me parece fundamental que sejam enfrentados os obstáculos que, conforme observei, têm sido contornados, deixados à margem da discussão. Enfim: qual(is) o(os) modo(s) de relação do surdo com a Língua? Esta questão ultrapassa a discussão ideológica e a divergência entre propostas que têm dominado a literatura do campo. É necessário escapar das dicotomias e pensar na singularidade de cada criança e no seu modo de presença na linguagem, para encontrarmos um caminho para conduzi-las ao universo da escrita, sem apagar os obstáculos relativos à marca que a surdez imprimiu em sua história.

Recebido em: 05/2014; Aceito em: 07/2014.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, L. **Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem**. 143f.. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- BEHARES, L. E. **O simbolismo esotérico na interação mãe ouvinte – criança surda, revisitado, trabalho apresentado no curso Aquisição da Linguagem**, Pós-Graduação em Lingüística, IEL, UNICAMP (mimeo), 1995.
- _____. **Línguas e Identificações: as Crianças Surdas entre o “sim” e o “não”**. In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e Lingüística*. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- CERQUEIRA, C. **Clínica de Linguagem: Interrogações e Pontuações sobre Retardo de Linguagem a partir do atendimento de uma criança**. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- DALCIN, G. **Um estranho no ninho**, Dissertação, UFSC, 142f, 2005, In: Quadros, R.M. *Estudos Surdos I* (org), Ed. Arara Azul, 2006.
- DE LEMOS, C.T.G. **Procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio**. *Substratum* n°1, pp.121-136, 1992.

- FREUD, S., “**A carta 52**”, In: MASSON, J. M. (ed.), Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1897-1904, (The Freud/Fliess Correspondance, 1985), Rio de Janeiro, Imago: 1986.
- GOLDFELD, M **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 2001.
- HARRISON, K. M. P. **O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades de encaminhamento.** In (org) Lima, M.C; Nakamura, H; Lacerda, C. B. F. Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo, Plexus ed. 2000.
- LACAN, J. **Écrits**, Paris, Seuil, 1966.
- LIER-DeVITTO, M. F. **Patologias da linguagem: sobre as “vicitudes de falas sintomáticas** In: In: Lier-De Vitto, M.F, e Arantes, L. Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem, EDUC/SP, 2006.
- MIDENA, M.C. M. **O surdo e a escrita na clínica fonoaudiológica: um estudo de caso.** UNICAMP/SP – IEL. 2004.
- NUNES, L.M. **A escrita em gesto: um caso de surdez.** Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2004.
- PEREIRA DE CASTRO, M.F. **Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna,** In: Lier-De Vitto, M.F, e Arantes,L. Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem, EDUC/SP, 2006.
- _____. **Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem,** In: Junqueira Filho, L. C.U (org.). Silêncios e luzes. Sobre a experiência do vazio e da forma. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998.
- RAFAELI, Y.M; PAVONE, S. **A fala nas psicoses infantis: interfaces fonaudiologia e psicanálise.** In: Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito. Editora Cortez, 2004.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral** (org.) Bally, C; Sechehaye, A. (tradução) Chelini, A; Paes, J; Blikstein, I. 30 ed. São Paulo: Editor Pensamento Cultrix, 1989.
- STOKOE, W.C. **Sign language structure.** Silver Spring: Linstok Press, 1978.
- SKLIAR, Carlos (org), **A Surdez - um olhar sobre as diferenças.** Mediação, Porto Alegre, 1998.
- VORCARO, A; NAVGANTES, L. F. **A ecorporação de uma voz.** In (org) Vorcaro, A.M.R. **Quem fala na língua?** 1 ed. São Paulo: Ágalma, 2004.

Lucimar Bizio is a Doctoral Student in Applied Linguistic at PUCSP-LAEL. He is a Portuguese Language Teacher for deaf students, at Special Municipal School in Sao Paulo and for hearing students, at SEESP. He is also a University Professor of Literature, Linguistic and Brazilian Sign Language (LIBRAS), at Sumaré College and UNIFAI. Email: prbizio@yahoo.com.br